

LDO facilita uso político de verbas

Orçamento
MAURÍCIO CORRÊA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor ganhou um round na luta que trava com o presidente do PMDB, Orestes Quêrcia, com vistas à sucessão presidencial. Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pelo Congresso, o governo poderá dirigir maciços investimentos para os municípios no Orçamento da União de 1992. Assim, Collor poderá minar uma das principais bases do ex-governador de São Paulo, o movimento municipalista.

A proposta original da LDO, elaborada pela então ministra Zélia Cardoso de Mello, não dava muito espaço para esse tipo de manobra. Mas, um pouco antes de a matéria ser votada no Congresso, Zélia foi substituída pelo ministro Marcílio Marques Moreira e Collor aproveitou a oportunidade para tornar o projeto da LDO mais flexível. Como o relator era o desconhecido deputado do PFL de Sergipe Messias Góis, um político com

pouca intimidade com matérias orçamentárias, foi fácil para o Ministério da Economia "impor" um substitutivo, que acabou sendo aprovado com poucas alterações, na madrugada de 29 de junho.

"CARIMBAR RECURSOS"

Da forma como foi aprovada, a LDO deu aval ao governo para continuar a "carimbar os recursos orçamentários". Traduzindo o jargão dos técnicos, isso significa vincular no orçamento recursos a determinadas obras em determinados municípios. É por esse caminho que Collor poderá injetar recursos federais nos municípios, erodindo o apoio político que Quêrcia conseguiu formar por meio da Frente Municipalista.

O governo federal poderá ainda liberar recursos nos Estados e conseguir atrair o apoio dos sete governadores pertencentes ao PMDB (São Paulo, Paraíba, Tocantins, Paraná, Goiás, Amazonas e Pará), diminuindo

as pretensões de Quêrcia como candidato à sucessão de Collor no Planalto.

O Palácio do Planalto tem até o dia 31 para enviar ao Congresso a proposta do Orçamento da União para 1992. A indicação, pela quinta vez consecutiva, do deputado João Alves (PFL-BA) para ocupar o cargo de relator da Comissão Mista do Congresso que apreciará o Orçamento da União de 1992 é forte indicativo de que o governo pretende jogar pesado no campo do clientelismo, aplicando os recursos federais de acordo com suas conveniências políticas.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encontrou resultados surpreendentes ao cruzar num computador as informações sobre as verbas destinadas aos municípios no orçamento deste ano. A Bahia, Estado do relator João Alves, foi beneficiada com um total de Cr\$ 235,8 bilhões, enquanto toda a Região Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) ficou com apenas Cr\$ 75 bilhões.



José Paulo Lacerda/AE—14/12/90

Alves: relator pela quinta vez

07 JUL 1991

ESTADO DE SÃO PAULO